



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 949-D DE 2024

Cria o Plano Nacional de Atenção à
Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado o Plano Nacional de Atenção à
Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.

Art. 2º São diretrizes do Plano Nacional de Atenção
à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica:

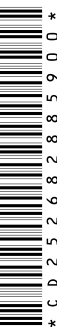
I - promoção de políticas públicas para a redução
dos principais fatores de risco da Doença Pulmonar Obstrutiva
Crônica (DPOC), especialmente o tabagismo, a exposição à
fumaça de biomassa e a poluição atmosférica, por meio de
ações intersetoriais;

II - diagnóstico precoce e tratamento adequado e
oportuno da DPOC;

III - fortalecimento da atenção primária à saúde,
como forma inicial e prioritária para o diagnóstico e o
manejo da DPOC, garantidas a continuidade do cuidado e a sua
coordenação com outros níveis de atenção à saúde;

IV - capacitação contínua dos profissionais de
saúde em todos os níveis de atenção, incluídos médicos,
enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas e psicólogos,
para o manejo adequado da DPOC, com ênfase na abordagem
multidisciplinar;

V - implementação e fortalecimento de programas de
reabilitação pulmonar nos diferentes níveis de atenção à





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 01/10/2025 16:51:21.516 - CCJC
RDF 1 CCJC => PL 949/2024

RDF n.1

saúde, com vistas a melhorar a capacidade funcional e a qualidade de vida dos pacientes e a reduzir as exacerbações e as hospitalizações.

Art. 3º O Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica será coordenado pelo órgão federal gestor do Sistema Único de Saúde (SUS), em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme suas competências e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos pacientes, de acordo com regulamentação a ser editada pelo Ministério da Saúde.

§ 2º Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias participarão diretamente das ações, por meio de atividades de prevenção e de acompanhamento dos pacientes.

§ 3º O financiamento das ações previstas no Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica será pactuado com a Comissão Intergestores Tripartite.

§ 4º O Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica promoverá o desenvolvimento e a implementação de sistemas de informação em saúde para o monitoramento da prevalência da DPOC, da qualidade da assistência prestada aos pacientes e do impacto das políticas de saúde pública implementadas.

§ 5º O órgão federal gestor do SUS, em colaboração com entidades científicas e acadêmicas, revisará e atualizará periodicamente as diretrizes de tratamento da DPOC, com o





objetivo de alinhar as práticas nacionais às evidências científicas mais recentes e de promover a melhoria na qualidade do padrão de cuidado.

Art. 4º O Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica será revisto a cada 2 (dois) anos, a fim de garantir sua adequação às necessidades da população.

Art. 5º O Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica promoverá a integração de sistemas de telessaúde nas unidades de atenção primária à saúde, com possibilidade de consultas remotas, monitoramento de pacientes e suporte à decisão clínica, com vistas a ampliar o acesso ao diagnóstico e ao tratamento.

§ 1º O órgão federal gestor do SUS desenvolverá programas de capacitação para profissionais de saúde relacionados ao uso de tecnologias de saúde digital e de telessaúde específicas e protocolos para o uso de telessaúde na reabilitação pulmonar, de forma a permitir a realização de exercícios supervisionados a distância para pacientes com DPOC.

§ 2º As ações de telessaúde deverão garantir a proteção de dados dos pacientes, em conformidade com a legislação nacional sobre privacidade e segurança da informação.

§ 3º O Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica promoverá o desenvolvimento e a implementação de aplicativos móveis para pacientes, que ofereçam informações sobre a gestão da DPOC, alertas para





CÂMARA DOS DEPUTADOS

lembrar sobre o uso de medicação e acompanhamento dos sintomas.

Art. 6º O órgão federal gestor do SUS, em parceria com instituições de pesquisa, monitorará e avaliará a eficiência e o impacto do Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.

Parágrafo único. O órgão referido no *caput* deste artigo publicará anualmente relatório sobre os avanços e os desafios na implementação das ações do Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de outubro de 2025.

Deputada GISELA SIMONA
Relatora

